

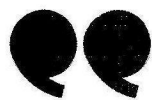
No Entorno, Polícia Civil também para

» ARIADNE SAKKIS

Não bastasse os policiais civis do Distrito Federal ultrapassarem dois meses de greve, a mesma categoria também cruzou os braços em Goiás. Ontem, os 3,5 mil agentes civis goianos decidiram retomar a paralisação, suspensa no fim de setembro. O sindicato alega que o governo do estado descumpriu o acordo firmado há menos de um mês, segundo o qual todos os policiais seriam promovidos, como uma forma de atender às demandas por melhorias salariais e renovação da estrutura da carreira. A Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás (SSPJ-GO) negou, em nota, ter desobedecido ao acordo e afirmou que vai cortar o ponto dos grevistas.

A volta da greve, que chegou a durar 49 dias entre agosto e setembro, tem impactos diretos na região metropolitana do DF. Apenas os crimes contra a vida, como homicídios e latrocínios, serão registrados. A população de toda a parte sul do Entorno só poderá contar com a delegacia de Luziânia para executar flagrantes, já que apenas as centrais das sedes regionais de polícia estão autorizadas a cumprir essa função. Em Goiânia, o trabalho está concentrado na 1ª DP.

A promessa do comando de greve é tomar medidas para radicalizar o movimento. O Instituto Médico Legal (IML) aderiu à paralisação e só vai liberar os cadáveres quando chegar à



Vamos continuar a recolher, mas só vamos liberar um corpo quando precisarmos do espaço para colocar outro"

Silveira Alves de Moura,
presidente do Sinpol-GO, sobre a adesão do IML ao movimento

Cronologia

Em 602 dias, os agentes da Polícia Civil do Distrito Federal passaram 125 dias de braços cruzados, o que corresponde a 20,7% do total. Veja os períodos de paralisação:

23 de fevereiro a 3 de março de 2011: 9 dias de greve

31 de março a 15 de abril de 2011: 16 dias de greve

20 de outubro a 25 de novembro de 2011: 37 dias de greve

22 de agosto a até hoje: 63 dias de greve

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Faixa em delegacia do Novo Gama indica a paralisação: sindicato alega que o governo goiano descumpriu acordo firmado há menos de um mês

capacidade máxima de lotação. "Vamos continuar a recolher, mas só vamos liberar um corpo quando precisarmos do espaço para colocar outro", adianta o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol-GO), Silveira Alves de Moura.

Em setembro, a SSPJ fez um acordo com a categoria para dar fim à greve. Os integrantes da paralisação exigiam equiparação salarial com a polícia do DF, subindo o salário base de R\$ 2,9 mil para R\$ 7,2 mil. Diante da impossibilidade de conceder o

reajuste, o governo de Marconi Perillo (PSDB) ofereceu a promoção de nível para todos os agentes, o que, na prática, criaria uma nova categoria inicial, que seria preenchida no próximo concurso.

A promoção deveria vir no contracheque em outubro, após ser aprovada pela Assembleia Legislativa do estado. Como a ascensão não veio, a categoria resolveu reativar a paralisação. "O João Furtado (secretário de Segurança) nos enganou e não podemos admitir essa diferença entre nós

e os delegados", afirmou Silveira. Recentemente, os delegados do estado conseguiram equiparar os salários aos colegas do DF. Em nota, Furtado afirmou que "o governo estadual cumpre todos os compromissos firmados com as categorias" e que "os projetos de lei foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado e tramitarão normalmente na Assembleia Legislativa agora que o período eleitoral se encerrou". Ele promete descontar os dias não trabalhados da folha dos servidores.

Distrito Federal

No DF, já são 63 dias de paralisação na Polícia Civil. Amanhã, os grevistas se reunirão em assembleia para decidir os rumos do movimento. O presidente do Sinpol-DF, Ciro de Freitas, acredita que, como o governo não apresentou propostas salariais, a tendência é pela continuidade da greve. "Há seis anos, não temos sequer a reposição de perdas com a inflação. No ano passado, o governo nos pediu dois votos de confiança, nós demos e nada aconteceu. Não confiamos mais."